



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº01/2024

Período: 03/02/2024 a 09/02/2024

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Suspeitas de atuação da Abin suscitam o debate sobre o uso de softwares espões por agentes de segurança
- 2- Forças Armadas reforçaram presença na fronteira norte do Brasil
- 3- 60 anos do golpe: expectativa do governo é de que os quartéis permaneçam em silêncio
- 4- Novo comandante da 6ª Região Militar, general negro pode chegar ao posto mais alto da hierarquia do Exército
- 5- Ingresso de mulheres em posições de combate nas Forças Armadas segue na pauta do STF
- 6- Pesquisadora brasileira será palestrante em evento da ONU sobre Ditaduras
- 7- FAB e Exército participarão do combate à dengue no Distrito Federal
- 8- Marinha do Brasil recebeu o comando de Força-Tarefa para combater pirataria no mar Vermelho
- 9- Ministros fazem uso de aviões da FAB para ir a casamento
- 10- Colunista resgatou história de general Figueiredo durante a Ditadura Militar
- 11- Generais foram alvo de operação de busca e apreensão da Polícia Federal
- 12- Colunistas comentaram operação da Polícia Federal contra militares

1- Suspeitas de atuação da Abin suscitam o debate sobre o uso de softwares espões por agentes de segurança

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Procuradoria-Geral da República (PGR) moveu ação em que cobra do Congresso Nacional a criação de leis que regulem o uso de softwares espões, como o Pegasus e o FirstMile. Com isso, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Congresso se manifeste sobre o tema. Segundo a *Folha*, o principal motivador de tais ações são as investigações da Polícia Federal (PF) a respeito da atuação da agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com suspeita de que membros da Agência tenham colaborado com o governo e membros da família Bolsonaro em esquemas de espionagem ilegal de adversários políticos. Adicionalmente, a PGR solicitou ao STF que as Forças Armadas e outros agentes de segurança não utilizem sistemas tecnológicos de espionagem sem autorização judicial. Em outra reportagem, a *Folha* esclareceu que o FirstMile é um software de uma empresa israelense, adquirido pela Abin no governo de Michel Temer (2016-2018) e utilizado durante a presidência de Bolsonaro, entre 2019 e 2022. Na época, o setor de inteligência estava sob responsabilidade de militares do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Logo no início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em março de 2023, a Abin foi transferida para a alçada da Casa Civil, em reação aos acontecimentos de 8 de janeiro daquele ano. Em coluna opinativa do mesmo periódico, a doutora em Ciência Política e pesquisadora Camila Rocha pontuou que a Abin foi criada em 1999 e, desde o início, militares e civis disputaram o seu controle. Segundo ela, a agência foi criada para garantir a defesa nacional, contudo, devido à sua estrutura, à ausência de recursos e à pouca finalização, ela acabou se tornando refém da política. Tal conjuntura também seria perceptível desde antes da sua criação, haja vista que a Abin é descendente do Sistema Nacional de Informações (SNI), surgido durante a Ditadura Militar (1964-1985), conhecido por elaborar dossiês de grupos comunistas e pessoas suspeitas de “subversão”. Dessa forma, a pesquisadora afirmou que enquanto as estruturas de perseguição, que existem desde a Ditadura, não forem eliminadas, informações sigilosas do governo e da sociedade estão em risco, mesmo que neste momento a Abin esteja sendo supervisionada por civis. (Folha de S. Paulo - Política - 03/02/24; Folha de S. Paulo - Coluna Opinativa - 05/02/24)

2- Forças Armadas reforçaram presença na fronteira norte do Brasil

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que, no dia 02/02/2024, um comboio de 28 blindados das Forças Armadas Brasileiras deixou Manaus, capital do Amazonas, com destino à região da fronteira norte do Brasil, especialmente Boa Vista, capital de Roraima. O objetivo do deslocamento é reforçar a presença de militares na fronteira em razão das controvérsias resultantes da reivindicação venezuelana pelo território de Essequibo, localizado na Guiana, onde há minérios, petróleo e gás. O jornal também informou que o Brasil mediu recentemente um encontro entre as autoridades dos países em litígio, no qual a Venezuela se comprometeu com a resolução pacífica da controvérsia. Segundo a *Folha*, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas divulgou documento em que atesta que a Venezuela possui "pouca capacidade logística" para levar a cabo uma invasão militar na Guiana. (Folha de S. Paulo - Mundo - 03/02/24)

3- 60 anos do golpe: expectativa do governo é de que os quartéis permaneçam em silêncio

Em coluna de opinião para a *Folha de S. Paulo*, o repórter Fábio Zanini avaliou que, com a proximidade da data que marca os 60 anos do golpe militar de 1964, em 31 de março, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva espera que não ocorra qualquer evento comemorativo nos quartéis. Entretanto, Zanini afirmou que o governo não emitiu qualquer comunicado sobre o assunto, acreditando ser suficiente a orientação dada em 2023 pelo ministro da Defesa, José Múcio. Segundo o repórter, o 31 de março passou a ser comemorado por militares no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), sendo que o momento atual significa um "retorno à normalidade". (Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 04/03/24)

4- Novo comandante da 6ª Região Militar, general negro pode chegar ao posto mais alto da hierarquia do Exército

Em reportagem, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que desde dezembro de 2023 o comando da 6ª Região Militar está sob a responsabilidade do general André

Luiz Aguiar Ribeiro. Tal região abarca as atividades e tropas do Exército nos estados da Bahia e Sergipe. A *Folha* destacou que o general Ribeiro é o terceiro homem negro a conquistar o segundo posto mais importante na hierarquia do Exército, o de general de Divisão (três estrelas), um marco no quesito de diversidade étnico-racial nas Forças Armadas. O jornal resgatou o livro “Kamba’Race – Afrodescendências no Exército Brasileiro”, no qual o autor Sionei Leão, jornalista e ex-militar, problematiza o fato de existir muitas pessoas negras nas patentes inferiores das Forças Armadas, enquanto o embranquecimento impera nas patentes mais altas. A pesquisa de Leão revelou que, na história do Exército Brasileiro, apenas 11 homens negros chegaram ao posto de general, sendo que a maioria alcançou apenas o primeiro degrau de patente, correspondente a general de Brigada (duas estrelas). Assim, a *Folha* ressaltou que o general Ribeiro pode chegar ao posto mais alto da carreira militar, o de general de Exército (quatro estrelas), fato que marcaria a história da corporação. Entretanto, o jornal fez a ressalva de que a ascensão a tal posto depende de uma escolha do Alto Comando, ponto ressaltado no livro de Leão, que esclarece que, embora critérios profissionais e intelectuais sejam considerados, “(...) essa etapa, diferente das demais, reveste-se de caráter político e não somente técnico”. A *Folha* também noticiou que, quando procurados pela equipe do periódico, tanto o general Ribeiro quanto o Exército se recusaram a comentar sobre a pauta de diversidade étnico-racial nas Forças Armadas. (Folha de S. Paulo – Política – 04/02/24)

5- Ingresso de mulheres em posições de combate nas Forças Armadas segue na pauta do STF

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, desde o ano de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) discute uma ação que versa sobre restrições à participação de mulheres em determinadas funções nas Forças Armadas, especialmente na linha de frente em combates. A Procuradoria-Geral da República (PGR) alega que as limitações violam os princípios de igualdade e isonomia entre homens e mulheres. A reportagem citou como exemplo editais para o ingresso na formação de fuzileiros navais que vetavam, até 2023, a participação de mulheres. A *Folha* apurou que o Exército alega a necessidade de manter as restrições para o ingresso de mulheres em posições de combate, pois a “(...) fisiologia feminina, refletida na execução de tarefas específicas na zona de combate pode comprometer o desempenho militar em operações de combate, dependendo do ambiente operacional”. Em nota reproduzida parcialmente pelo jornal, a Marinha afirmou seu pioneirismo no quesito da presença feminina e ressaltou que, em 2012, promoveu a primeira oficial-general na Força. A reportagem da *Folha* expôs a situação de diversos países a respeito do assunto, como a Alemanha, país que revisou sua legislação e, com a Lei de Equiparação de Soldados, passou a garantir a presença de mulheres em todas as carreiras das Forças Armadas. De forma geral, a partir da observação de diversos exemplos no mundo, a *Folha* constatou que o ingresso de mulheres em posições de combate é um movimento lento que foi se consolidando a partir dos anos 2000, principalmente em razão de “(...) decisões políticas de governantes ou processos judiciais”. (Folha de S. Paulo – Política – 04/02/24)

6- Pesquisadora brasileira será palestrante em evento da ONU sobre Ditaduras
Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que entre 20 e 22/02/2024 ocorrerá um evento do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) em Bogotá, na Colômbia, no qual a professora da Universidade de Brasília (UnB) Eneá de Stutz será palestrante e debatedora. Tal evento irá tratar sobre a temática de reparação acerca dos atos cometidos durante as ditaduras no continente. Segundo o jornal, a pesquisadora é presidente da Comissão de Anistia do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), além de ser uma especialista na área e autora de um livro que discorre sobre a Lei de Anistia Política, “A transição brasileira: memória, verdade, reparação e justiça (1979-2021)”. De acordo com o *Correio*, a professora critica a ausência de punição em relação aos militares e considera a Lei de Anistia (1979) como uma forma de apagar e esquecer o que aconteceu durante a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil. (*Correio Braziliense* - Política - 05/02/24)

7- FAB e Exército participarão do combate à dengue no Distrito Federal

Em reportagem, o *Correio Braziliense* informou que pela primeira vez a Força Aérea Brasileira (FAB) irá atuar no combate à dengue, por determinação do Ministério da Defesa. Segundo o periódico, foi criado no Distrito Federal (DF), em Ceilândia, o Hospital de Campanha da FAB, com o intuito de aliviar as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). O hospital irá funcionar 24 horas por dia e contará com 60 leitos, 29 militares da área da saúde, um Centro de Emergência interligado à tenda de laboratório para exames de diagnóstico e ao espaço de hidratação. De acordo com o jornal, essa medida decorre do fato da capital do país ter atingido um número de 46 mil casos de dengue desde o início do ano. Dessa maneira, o governo do Distrito Federal anunciou algumas medidas de combate à doença que incluem, além de instalações extras e profissionais da saúde, militares do Exército para inspecionar as casas e estabelecimentos. O secretário da Casa Civil do DF, Gustavo Rocha, afirmou que tanto militares quanto agentes da vigilância não têm o intuito de multar os cidadãos, mas sim de os instruir. Contudo, se estes se mostrarem resistentes a essa ação, podem vir a sofrer alguma sanção. (*Correio Braziliense* - Cidades - 05/02/24; *Correio Braziliense* - Cidades - 08/02/24)

8- Marinha do Brasil recebe o comando de Força-Tarefa para combater pirataria no mar Vermelho

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* noticiou que o contra-almirante da Marinha brasileira Antonio Braz de Souza recebeu o comando rotativo da Força-Tarefa Combinada (CTF) 151, uma operação que faz parte das Forças Marítimas Combinadas (CMF). As CMF foram criadas em 2001 para combater crimes transnacionais e ameaças à navegação no golfo Pérsico, mar Vermelho e águas adjacentes, como terrorismo e pirataria. Amparada em resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU), é a maior coalizão naval que existe no mundo. A *Folha* também pontuou que, segundo o contra-almirante, as CMF não podem atuar em conflitos armados. Contudo, devido aos recentes conflitos no Oriente Médio, na prática um navio que faz parte da força pode defender outras embarcações de seu país e atuar em sua autodefesa. Ademais, a reportagem

informou que a Marinha do Brasil terá que atuar no combate à pirataria na região do mar Vermelho e golfo de Áden, e contra o tráfico de drogas, armas e pessoas. Cabe destacar também que o Brasil não irá fornecer navios, devido à defasagem nas embarcações de longa distância. Por fim, de acordo com o periódico, Braz de Souza afirmou que o fato de o Brasil estar liderando esta operação representa o reconhecimento internacional da força brasileira e é uma oportunidade para o Brasil atuar com outras Marinhas. (Folha de S. Paulo - Mundo - 05/02/24)

9- Ministros fazem uso de aviões da FAB para ir a casamento

Segundo reportagem do periódico *O Estado de S. Paulo*, ministros de Estado utilizaram tanto o avião presidencial como voos da Força Aérea Brasileira (FAB) para ir ao casamento do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas e da empresária Camila Camargo em São Paulo. Dentre os convidados estavam, por exemplo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro da Defesa, José Múcio, e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Segundo o jornal, Múcio estava em Recife, na sexta-feira, momento em que pediu a aeronave da FAB para se deslocar até São Paulo com a finalidade de participar de uma reunião com o general de Exército Guido Amin Naves. Mais tarde, o ministro da Defesa compareceu ao casamento com sua esposa. Já Lewandowski foi de Brasília até São Paulo para participar de uma solenidade no Tribunal de Justiça do Estado, e no dia seguinte compareceu ao casamento. Ambos alegaram que utilizaram um voo da FAB até São Paulo por questões de segurança. O periódico destacou que um voo da Aeronáutica para São Paulo pode custar R\$ 70 mil aos cofres públicos, e que o uso de aviões da Força Aérea é regulado por um decreto presidencial que prevê o uso apenas em razão de saúde, depois segurança e, por último, viagens a serviço. (O Estado de S. Paulo - Política - 08/02/24)

10- Colunista resgatou história de general Figueiredo durante a Ditadura Militar

Em coluna opinativa ao periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Ruy Castro resgatou a história de que nos primeiros meses de 1964, em meio à deposição do presidente da República João Goulart pelas Forças Armadas e as disputas internas do Exército que terminaram na escolha do general Humberto Castello Branco para a presidência, o então tenente-coronel da cavalaria João Baptista Figueiredo foi certificado como sócio do “Clube dos Girafas”. O diploma, que consta ter sido assinado dentro da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 12 de maio de 1964 pelo presidente da associação, o general João Lima Machado, traz a seguinte inscrição: “Em sentido de ‘unanimus’ aquiescência dos membros dêste sodalício e usantes as atribuições de ‘Girafão’, hei por bem fazer mercê ‘in specie aeternitatem’ do título de sócio [ao] tenente-coronel Cav. João Baptista de Oliveira Figueiredo”. Castro concluiu o texto chamando a atenção para o fato de que “De sócio do Clube dos Girafas, recebido pelo ‘Girafão’, à Presidência da República, em 1979, foram só 15 anos. Danadinho, o Figueiredo.” (Folha de S. Paulo - Opinião - 08/02/24).

11- Generais foram alvo de operação de busca e apreensão da Polícia Federal

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Operação Tempus Veritatis autorizada pelo ministro do Supremo

Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes no dia 08/02/2024 e deflagrada pela Polícia Federal (PF) teve como objetivo “apurar uma organização criminosa que atuou na tentativa de golpe de Estado e abolição do Estado Democrático de Direito”. Entre os alvos estavam o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, ex-assessores, aliados e militares da ativa, assim como da alta cúpula. A operação cumpriu 33 mandados de busca e apreensão, quatro mandados de prisão e 48 medidas cautelares; dentre militares estavam os generais Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro à reeleição; Augusto Heleno Ribeiro, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Paulo Sérgio Nogueira, ex-comandante do Exército e ex-ministro da Defesa; e Estevam Theophilo, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército, além do almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha. Os investigados que foram presos preventivamente foram Filipe Martins, ex-assessor do ex-presidente; Marcelo Câmara, coronel do Exército e também ex-assessor de Bolsonaro; Rafael Martins de Oliveira, major das Forças Especiais do Exército; e Bernardo Romão Corrêa Neto, coronel do Exército. Segundo o *Correio*, as diligências destacam uma reunião conduzida por Bolsonaro em Brasília, em 05/07/2022, para discutir um golpe de Estado, contando com a participação de vários de seus ministros, dentre eles, o então ministro da Justiça, Anderson Torres, Augusto Heleno, o então ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, o chefe-substituto da Secretaria-Geral da Presidência da República, Mário Fernandes, e Braga Netto. Ainda segundo o *Correio*, a reunião foi gravada e uma cópia da gravação foi encontrada em um computador na casa do tenente-coronel do Exército Mauro Cid. Nessa reunião, Augusto Heleno sugeriu que estava na hora de “virar a mesa” e vigiar instituições e autoridades, fazendo menção ao uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para espionar adversários políticos durante a campanha presidencial. Já o general Estevam Theophilo teria concordado com a ideia de golpe em uma conversa com o ex-presidente, e seria o “responsável operacional” pela prisão de Moraes em caso de golpe bem-sucedido. Segundo “os elementos indiciários [...] reunidos [...] caberia às Forças Especiais do Exército (os chamados Kids Pretos) a missão de efetuar a prisão assim que o decreto presidencial fosse assinado”, diz a decisão que permitiu a operação, assinada por Moraes. O documento também menciona que “houve, inclusive, por parte do grupo criminoso, organização de encontro específico na tentativa de arregimentar militares com curso de Forças Especiais (FE)”. Segundo a *Folha*, José Múcio Monteiro, atual ministro da Defesa, afirmou que as Forças Armadas devem apoiar o cumprimento das decisões judiciais, ainda que militares sejam alvos da operação. “Cabe às Forças Armadas apoiar a decisão da Justiça”, disse o ministro, que tem buscado minimizar os impactos políticos das investigações sobre as Forças Armadas. (*Correio Braziliense - Política - 09/02/24*; *Folha de S. Paulo - Política - 09/02/24*; *O Estado de S. Paulo - Política - 09/02/24*)

12- Colunistas comentaram operação da Polícia Federal contra militares

Em coluna opinativa ao periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo comentou sobre a operação da Polícia Federal (PF) Tempus Veritatis que teve por objetivo realizar mandados de busca e apreensão e prisões preventivas a fim de prosseguir com a investigação sobre um plano do ex-presidente da

República, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), e aliados para decretar um golpe de Estado no país. Em sua coluna, o jornalista apontou os principais fatos por trás da investigação e comentou que “os investigados se uniram com objetivo de criar condições para uma intervenção militar que mantivesse Bolsonaro no poder”. Segundo a coluna da jornalista Eliane Cantanhêde ao jornal *O Estado de S. Paulo*, das “provas assustadoras que foram descobertas pela PF” podem se destacar duas: a primeira, um vídeo em que Bolsonaro e generais discutiam abertamente um golpe de Estado e o general Heleno passa a defender uma “virada de mesa” antes da eleição; e segundo, “um texto apócrifo” que foi encontrado no próprio gabinete de Bolsonaro na sede do PL, justificando a decretação de Estado de Sítio. A colunista ainda destacou que as investigações chegam nos militares “que cercavam Bolsonaro”, como Walter Braga Netto, Augusto Heleno Ribeiro, Paulo Sérgio Nogueira, além do almirante Almir Garnier, coronéis e majores que, segundo a colunista, estão “na linha de fogo do STF e da PF”. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian afirmou que a operação “atingiu o alto escalão de uma máquina que usou recursos políticos e militares para interferir no processo democrático” e que se tratava de “uma equipe formada por políticos, militares, operadores e agitadores digitais [que] dava expediente nos palácios, ministérios e quartéis” com o objetivo de manter Bolsonaro no cargo. Em coluna opinativa ao *Correio*, a jornalista Denise Rothenburg apontou que os militares se sentem “constrangidos” com “as 135 páginas da decisão de Alexandre de Moraes”, principalmente pelo fato das investigações indicarem que “um major do Exército organizava manifestações, um coronel monitorava um ministro do Supremo Tribunal Federal e outro buscava apoio entre os generais para um golpe de estado”, referindo-se ao major das Forças Especiais do Exército Rafael Martins de Oliveira, ao tenente-coronel Mauro Cid e ao coronel Marcelo Câmara, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Segundo o colunista e jornalista William Waack, em coluna ao periódico *O Estado de S. Paulo*, a investigação deixou de ser apenas a figura do ex-presidente, tendo um novo ponto que “é saber até onde chega o estrago dentro da instituição das Forças Armadas”, considerando a “penetração do bolsonarismo na cúpula das forças”. O colunista ainda apontou que o empenho das Forças Armadas em recuperar a “confiança, prestígio e imagem” se tornaram mais difíceis após esses fatos, e o motivo, segundo ele, seria o momento em que “o general Pazuello participou de um comício de Bolsonaro, violando o Estatuto das Forças Armadas, e o Exército não o puniu. Uma vez rompida a disciplina no topo, o resto é consequência”. Em coluna a *O Estado*, o jornalista Pedro Doria afirmou que a investigação da Polícia Federal indica que “os golpistas se organizaram em seis núcleos com funções distintas”. Dois deles seriam mais importantes segundo o colunista: o primeiro tinha o foco em criar um ambiente de desconfiança a respeito do sistema eleitoral, e o segundo pretendia “incitar militares ao golpe”, incluindo a presença de influenciadores digitais e ataques aos comandantes que não aderiram. De acordo com o jornalista, “[houve] um uso nichado das redes sociais e grupos específicos de WhatsApp [aplicativo de mensagens eletrônicas] para chegar aos militares da ativa”. Esse segundo núcleo era dividido em três frentes: uma com foco em convencer militares em todo o Brasil de que o golpe era necessário; outra deveria juntar os “Kids Pretos”, que são militares com treinamento das Forças Especiais do Exército, com a “missão” de prender o ministro do STF Alexandre de Moraes assim que Bolsonaro assinasse a declaração de Estado

de Sítio; e uma última que tinha o objetivo de atacar o general Marco Antônio Freire Gomes, comandante do Exército. Braga Netto chegou a escrever no WhatsApp ao ex-capitão do Exército Ailton Barros que “Omissão e indecisão não cabem a um combatente”, e teria afirmado ainda que “a culpa pelo que está acontecendo é do general Freire Gomes”. Em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Vinicius Torres Freire escreveu que a investigação da PF demonstrou que “oficiais superiores do Exército, de major a general, debatiam a armação da coisa: operação, financiamento e convocação de tropas” e que “militares conspiravam com o conhecimento de superiores ou mesmo de comandantes de Forças Armadas, não importa que parte deles, enfim, barrasse o golpe”. O colunista ainda indagou por qual motivo nenhum desses militares foi preso ou denunciado, ou ainda, “por que golpistas estavam para ser ou foram promovidos e nomeados para postos importantes [...]?”. Por fim, Freire apontou que “há golpismo nas Forças Armadas, está mais evidente” e, portanto, “é preciso ir mais a fundo, pois, sem anistia. O golpismo não acabou, como se vê.” (Correio Braziliense - Política - 09/02/24; Folha de S. Paulo - Opinião - 09/02/24; Folha de S. Paulo - Mercado - 09/02/24; O Estado de S. Paulo - Política - 09/02/24; O Estado de S. Paulo - Economia e negócios - 09/02/24)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Isabelle Costa

Marcela Furlan de Cena
Mariana Terezinha Passos

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar